



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

Câmara Municipal de Caculé



PROTOCOLO GERAL 109/2025
Data: 14/11/2025 - Horário: 11:16
Legislativo

PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto de Lei: **10 de 29 de agosto de 2025**

Origem: **Executivo Municipal**

Autor: **Pedro Dias Da Silva**

Ementa: *"Parecer ao projeto de lei nº 10 de 29 de agosto de 2025, que institui o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências."*

Recebimento na Secretaria: 12/09/2025

Leitura em Plenário: **04/08/2025**

Comissão: **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS**

Recebimento na Comissão: **11/11/2025**

Reunião da Comissão - Designação: **17/11/2025**

Presidente: **Alessandro Luis Figueiredo De Jesus**

Relator Designado: **Paulo Dias Silva Filho**

Apresentação do Parecer em: **17/11/2025**

Reunião Comissão Votação Parecer: **17/11/2025**

Resultado da Votação do Parecer: **Aprovado por 03 votos**



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

PARECER Nº 04/2025
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS

Parecer ao projeto de lei nº 10 de 29 de agosto de 2025, que institui o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências

RELATÓRIO

Encaminhado pela Presidência desta Casa Legislativa a esta **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS** o Projeto de Lei nº n.º 10 de 29 de agosto de 2025 de autoria do Executivo, após minuciosa análise do parecer temos a manifestar, nos termos da competência disposta pelo **artigo 68 do Regimento Interno**:

Parecer ao projeto de lei nº 10 de 29 de agosto de 2025, que institui o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências, a fim de que seja exarado o parecer, tem a manifestar, nos termos da competência disposta pelos artigos 68 do Regimento Interno, e artigos 101, 217, I da Lei Orgânica do Município de Caculé:

A matéria em análise, denominada de Plano Plurianual – PPA tramita nesta Casa Legislativa, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, sob a forma de projeto de lei, tendo por objetivo regulamentar o orçamento do município para os exercícios de 2026 a 2029.

O referido projeto de lei encontra-se com esta Comissão, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando sob a



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

responsabilidade de seus membros, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade, constitucionalidade e regimentalidade.

Assim, cabe a esta Comissão manifestar sobre o mérito do projeto, avaliando os aspectos estritamente formais e legais em tela.

É o relatório.

Estudada a matéria, passamos a opinar.

CONCLUSÃO

O orçamento nos dias atuais faz o papel de programa econômico direcionado à ação do governo para vários setores da atividade.

O orçamento anual já não basta para assegurar a execução do plano de governo como um todo que, geralmente, implica a execução de obras e serviços de duração prolongada.

Daí a regra do § 1º do art. 165 da Constituição Federal segundo o qual "a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada".

Deste modo, verificamos que a presente Lei estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para o próximo quadriênio; Tais metas foram traçadas desde a campanha eleitoral de 2020, através do programa de governo apresentado pela atual gestão, e tem como reflexo os anseios e expectativas dos munícipes.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ

CNPJ: 05.269.101/0001-86

Por fim, o município de Caculé envidará esforços junto ao Governo Estadual e Federal para fortalecer as ações traçadas no plano, de modo a garantir à população, maior e melhor qualidade de vida.

O Orçamento Plurianual para o período 2026 a 2029 constitui a peça fundamental da Administração Pública, posto que estabelece metas, objetivos, diagnóstico e ações da administração do governo municipal para o próximo quadriênio.

A Constituição Brasileira de 1988, em seus artigos 165 a 169, determina a competência da exclusividade que tem o Poder Executivo para dar iniciativa às leis orçamentárias, que também se encontram na Lei Orgânica do Município de Caculé nos artigos 20, III e 217, I:

Art. 20. Compete privativamente ao Município de Caculé:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

III – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual

Art.217. São leis de iniciativa do poder Executivo as que estabelecerão:

I- O plano plurianual:

Os conselhos municipais, as secretarias de governo e demais órgãos deverão manifestar sua opinião sobre o PPA, pois, é através do PPA que são iniciadas todas as políticas públicas, tais como saúde, educação, segurança, infra-estrutura, esporte, cultura, lazer, assistência social, dentre outras de necessidade do povo.

Nas despesas inerentes aos PROGRAMAS e às ações, o PPA tem o dever de guardar compatibilidade com as demais leis orçamentárias, devendo o valor



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

dos programas obedecer ao percentual mínimo de aplicação de 25% das receitas resultantes de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e 15% (podendo variar em cada município) nas ações e Serviços Públicos de Saúde.

O orçamento para o quadriênio 2026 a 2029 compreende ações nas diversas áreas temáticas propostas, e seus respectivos programas de governo, fixado em anexos ao aludido projeto de lei, que fazem parte integrante e inseparável do mesmo.

Percebe-se que, na evolução do orçamento como instrumento de controle preventivo, se sinaliza uma nova sistemática de apropriação e controle dos recursos públicos, que denominamos detalhamento de programas. Acrescente-se, ainda, que o detalhamento de programas contribui para o planejamento governamental, pois é capaz de expressar com maior veracidade as responsabilidades do governo para com a sociedade, visto que o orçamento deve indicar com clareza os objetivos perseguidos pelo município, da qual o Prefeito é intérprete.

O orçamento constitui a ferramenta básica na qual a população toma conhecimento dos tributos que tem que pagar para manter a máquina do Estado, Município e seus serviços. Dos gastos a serem realizados, não só na manutenção da máquina pública, como também na identificação dos investimentos que procuram melhorar a qualidade de vida da população. Esta função básica do orçamento já revela a importância e a razão pela qual os especialistas vêm estudando as várias rubricas, os mais transparentes possíveis para que o cidadão comum possa acompanhar sua execução, através de seus representantes legais.

Trata-se ainda de é uma ferramenta básica do instrumento de controle no dia-a-dia da administração pública, pela característica da universalidade, pois atingem todas as entidades da esfera governamental, dentro de uma periodicidade praticada atualmente no Brasil por um período de quatro anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

Outro aspecto no orçamento que o torna complexo é que atinge toda a sociedade, por parte dos governantes que tomam decisões.

O Orçamento Público compreende pelo menos quatro aspectos, quais sejam: o jurídico, o econômico, o político e o técnico, que devem ser traçados com cautela e perícia, principalmente diante do momento em que atravessa o país, com a crise pandêmica / econômica.

O aspecto jurídico diz respeito à natureza do ato orçamentário à luz do Direito e especialmente das “Instituições”, bem como as conseqüências daí decorrentes para os direitos dos agentes públicos.

No aspecto econômico fixando a Despesa e estimando a Receita, o Orçamento valerá pela fiel observância de princípios que assegurem a constante busca entre o equilíbrio da Receita e da Despesa.

O aspecto político do Orçamento revela a tendência ao atendimento às regiões, grupos sociais ou soluções de problemas para os quais a administração pública funcionará.

O ponto de vista técnico reveste-se de uma metodologia que assegura a integração dos planos, programas e projetos.

Ademais, cabe salientar que a unidade, a universalidade, a anualidade, a discriminação ou especificação da despesa, a prévia autorização e a publicidade são os princípios que constituem a base do Orçamento.

Para o quadriênio 2026/2029, o PPA estabelece as seguintes diretrizes norteadoras para a execução dos programas e ações a cargo dos órgãos municipais:

Desenvolvimento sustentável e inclusão socioprodutiva;



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

Redução da pobreza extrema;
Educação e cultura;
Saúde e assistência social;
Cidadania e direitos humanos;
Infra-estrutura e segurança híbrida;
Meio ambiente;

Entre outros.

Pelo projeto do PPA, o Poder Executivo fica autorizado a modificar a unidade executora ou o órgão responsável por programas e ações, bem como os indicadores e respectivos índices, e a adequar as metas físicas em função de modificações ditadas por leis. As estimativas de receitas e valores de programas não se constituem em limites, podendo ser criados novos programas ou ações nas leis orçamentárias ou de diretrizes orçamentárias

O PPA é estabelecido nos termos do Art. 165, § 1º, da Constituição Federal, definindo as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para os programas de duração continuada.

Também define as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2026, conforme exigido pelo Art. 165, § 2º, da Constituição Federal.

O PPA, em tese, foi elaborado com base em um amplo processo participativo, técnico e fundamentado em evidências, buscando garantir a coerência.

DECISÃO

Diante do exposto, e considerando os fundamentos legais ora declinados, cumpre-nos examinar neste parecer, que não há óbices ao prosseguimento do Projeto em epígrafe, de modo que resolvemos exarar de forma favorável à



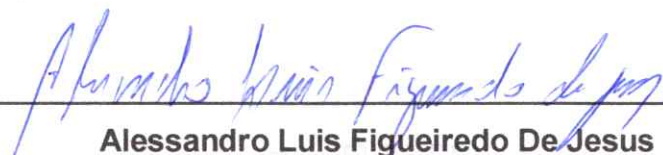
CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

tramitação da matéria, tendo em vista sua legalidade, permissibilidade e previsão acima disposta, de modo que opinamos pela votação e aprovação do aludido Projeto de Lei (PPA) pelos Nobres Edis desta Casa Legislativa.

É o parecer,

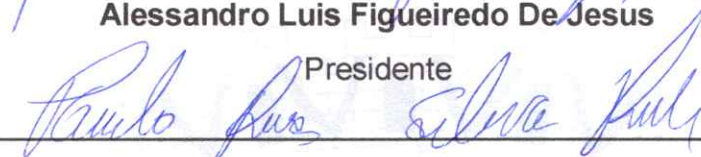
Salvo melhor juízo!

Caculé - Bahia, 14 de novembro de 2025.



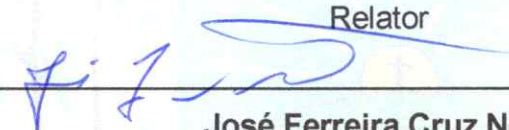
Alessandro Luis Figueiredo De Jesus

Presidente



Paulo Dias Silva Filho

Relator



José Ferreira Cruz Neto

Secretário